

*1. Os valores republicanos, laicos e humanistas são estruturantes da vossa acção política? Que questões consideram prioritárias para, na próxima legislatura, aprofundar a liberdade individual e a igualdade dos cidadãos, tomando como referência a cidadania republicana num Estado desejavelmente mais laico?*

O programa do CDS é estruturado a partir do princípio do humanismo personalista da democracia cristã, sempre no exercício da liberdade e na separação entre Estado e Religião.

*2. São favoráveis à revogação da Concordata e à revisão da Lei da Liberdade Religiosa de forma a que esta seja aplicável à igreja católica, progredindo portanto para a igualdade de tratamento das várias comunidades de convicção?*

Não.

*3. São favoráveis ao fim da educação religiosa na escola pública?*

Não.

*4. São favoráveis a que termine a isenção fiscal excepcional de que goza a Universidade católica, e que cria condições desiguais de concorrência?*

A Universidade Católica Portuguesa (UCP) não recebe financiamento estatal, tendo financiamento de base competitiva, isto é, resultado de concurso para efeitos de investigação e transferência de conhecimento, em base meritocrática, com origem tanto privada como pública. A atividade da UC é financiada pelas propinas pagas pelas famílias.

Tal como outras associações e fundações privadas, a UCP tem o estatuto de utilidade pública pelo que, como todas elas, é dotada de um regime fiscal próprio.

Não concordamos com a formação de que estão “criadas condições desiguais de concorrência”.

*5. Têm alguma objecção de princípio à legalização da morte assistida?*

O CDS é contra a despenalização e institucionalização da eutanásia e não viabilizará, com o seu voto, qualquer projeto legislativo que presuma, que estabeleça, que perspetive ou que abra possibilidade à despenalização da eutanásia. Trata-se de um compromisso inegociável.

Dizemos não à eutanásia e rejeitamos o encarniçamento terapêutico. O CDS quer aumentar a disseminação dos meios e dos equipamentos sociais destinados a permitir que o final da vida seja o mais confortável e natural possível, em absoluta rejeição daquilo a que chamamos encarniçamento terapêutico. Temos ainda de prever medidas e dotar de meios de apoio aos que sentem que a sua vida não merece a pena ser vivida. Esta circunstância pode resultar da debilidade da sua saúde, mas também estar relacionada com o abandono e com a falta de recursos. Por isso o combate essencial contra a eutanásia deve centrar-se na melhoria das condições de vida, de forma que todos – o próprio, os familiares e os técnicos de saúde ou de assistência social – sintam que ela contém um nível de dignidade compatível com os seus legítimos anseios. Cuidar dos cidadãos envelhecidos, desprotegidos, ou abandonados, contrariando a sua marginalização, é essencial no seio de uma sociedade evoluída, moderna e solidária, pelo que deve ser encarada como uma das mais nobres responsabilidades do Estado em benefício dos seus cidadãos. Temos de reforçar a Nacional de Cuidados aumentando o número de camas nas regiões com maiores necessidades, bem como reforçar os Cuidados Paliativos Domiciliários, com parcerias entre os Cuidados de Saúde Primários, hospitais, as autarquias e o setor social e solidário, atualizando ainda os preços da Rede Nacional de Cuidados Paliativos.

*6. Consideram desejável que o Estado, através dos Censos nacionais, comece a recolher dados sobre a pertença «étnico-racial», e que continue a fazê-lo sobre a opção religiosa dos cidadãos usando as categorias actuais?*

[O CDS não respondeu a esta questão da ARL.]